



**Ata da 20ª (vigésima) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 9 (nove) de Junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.**

Às 17 (dezesete) horas do dia 9 (nove) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada pelos Parlamentares presentes no Plenário.

**EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 025/2025, de autoria do Poder Executivo, que prorroga a vigência do Plano Municipal de Educação de Altaneira - CE, aprovado por meio da Lei Municipal nº 637 de 10 de junho de 2015. Após a leitura da matéria, o Presidente esclareceu que, de acordo com a Resolução nº 002, de 26 (vinte e seis) de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco), as proposições não seriam mais encaminhadas diretamente à comissão permanente para análise e emissão de parecer, pois, a relatoria passou a ser designada por sorteio entre os vereadores aptos, excluindo-se os membros da Mesa Diretora e os autores da proposição. Realizado o sorteio por meio de site online, acompanhado por todos os presentes, a relatoria da matéria ficou a cargo do vereador Júnior do Povo, que a aceitou. Em uma questão de ordem, o vereador Paulo Robson lembrou que as matérias sorteadas, mesmo sendo o vereador Júnior do Povo relator da Comissão Permanente, não precisam mais passar pelo crivo do despacho da comissão para a presidência da Casa, esclarecendo, assim, que o relator sorteado tem o prazo de 15 (quinze) dias para emitir o parecer e o documento segue diretamente para o presidente da Casa. Também explicou que são exceções as matérias que tratem sobre o Regimento Interno e sobre a Lei Orgânica Municipal, que continuarão sendo encaminhadas diretamente à comissão. Item 2: Projeto de Lei nº 026/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos Conselheiros Tutelares do Município de Altaneira e dá outras providências. Novamente o sorteio foi realizado e a relatoria dessa vez ficou a cargo da vereadora Tia Janne, que também a aceitou. Após o sorteio, o Presidente lembrou que, de acordo com a Resolução citada anteriormente, a apresentação de emendas às proposições dar-se-á na Secretaria da Câmara pelo prazo de 5 (cinco) dias e, se rejeitadas as emendas pelo relator, cabe recurso ao Plenário. Ainda de acordo com a Resolução, no § 2º, "considerando a necessidade de maior discussão sobre a matéria, o relator sorteado pode remeter a matéria à comissão permanente". Item 3: Projeto de Lei nº 027/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a alteração da Lei 622/2014, que trata sobre Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e adota outras providências. O sorteio foi realizado e a relatoria ficou a cargo do vereador Professor Nonato, que a aceitou. Item 4: Ofício nº 323/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, em resposta ao Ofício nº 080/2025, que trata sobre os Requerimentos nºs 055/2025 e 062/2025.

**REGISTROS DA PRESIDÊNCIA:** O Presidente Professor Deza Soares, após saudações aos presentes e aos ouvintes, iniciou seus registros destacando a realização da audiência pública ocorrida na sexta-feira, 6 (seis) de junho, com o objetivo de discutir o retorno do funcionamento da Rádio Altaneira FM. Ressaltou a relevância da reativação da emissora, tanto para a comunidade quanto para a divulgação dos trabalhos do Legislativo. Também mencionou sua participação, juntamente com demais presidentes de Câmaras Municipais da região, em reunião realizada em Juazeiro do Norte. A pauta do encontro foi voltada à articulação dos Legislativos municipais e à proposta de



criação da Associação dos Parlamentares do Cariri, com o objetivo de fortalecer a representatividade política regional. Destacou que essa articulação busca aproximar os vereadores da região das decisões tomadas em Fortaleza, promovendo maior atenção às demandas locais. Informou que um novo encontro foi agendado para o próximo dia 4 (quatro), com a participação de parlamentares das 29 (vinte e nove) cidades da região do Cariri. Outros registros feitos foram os destaques para os dias: 7 (sete) de Junho, Dia Internacional da Liberdade de Imprensa; 8 (oito) de junho, Dia Mundial dos Oceanos e hoje, 9 (nove) de junho, Dia Nacional da Imunização. Por fim, comunicou sobre o Programa Agente Jovem Ambiental, convocando os jovens interessados a realizarem sua adesão presencial até o dia 18 (dezoito) de junho, no Parque de Eventos da cidade, das 7 (sete) horas e 30 (trinta) minutos às 15 (quinze) horas e 30 (trinta) minutos, portando CPF, RG e comprovante de residência. Destacou que menores de idade deverão estar acompanhados por um responsável legal. Enfatizou a relevância do programa para a formação ambiental dos jovens e o fortalecimento da consciência ecológica. **TEMA LIVRE:** O Vereador Professor Nonato registrou sua participação no leilão das festividades de Santo Antônio, realizado na Serra do Valério, parabenizando toda a equipe organizadora pelo excelente trabalho na condução do evento. Agradeceu à senhora Nalva e demais parceiros pelo convite, ressaltando sua alegria em participar e colocando-se sempre à disposição da comunidade. Destacou, ainda, que a localidade é merecedora de atenção e reafirmou o compromisso de seu mandato em ouvir as demandas e buscar melhorias para o Sítio Serra do Valério. O Vereador Zé de Zuza iniciou sua fala manifestando pesar pelo falecimento de um morador de sua vizinhança, solidarizando-se com toda a família enlutada, especialmente com os filhos do falecido, o Senhor Civaldo. Em seguida, também registrou sua participação nas festividades de Santo Antônio, no Sítio Serra do Valério, onde esteve presente na novena e no leilão, ao lado de outros vereadores e da senhora Dona Rosa, servidora da Casa, que colaborou na organização do evento. Parabenizou a comunidade pela excelente estrutura e agradeceu o convite. Após, apresentou uma reclamação em nome da população sobre a deficiência nos serviços de limpeza urbana, especialmente em relação ao mato excessivo em ruas e espaços públicos. Solicitou atenção da empresa responsável pela limpeza do município, sugerindo a contratação de mais pessoal ou a criação de um cronograma mais eficiente para evitar novas reclamações. Reconheceu as dificuldades impostas pelo período chuvoso, mas ressaltou a necessidade de ações regulares para impedir que a vegetação cresça de forma descontrolada. Em aparte, o vereador Professor Nonato reforçou a necessidade de melhorias na limpeza urbana do município de Altaneira. Propôs aos demais vereadores a apresentação de um requerimento conjunto, direcionado ao Secretário de Infraestrutura, com o objetivo de solicitar informações e providências quanto à atual execução do serviço. Destacou que a empresa atualmente responsável pela limpeza é a mesma que atuou na gestão anterior, nos últimos quatro anos, questionando se houve mudanças no quadro de funcionários. Também reforçou a importância de esclarecer qual é o papel da Secretaria Municipal de Infraestrutura na fiscalização dos serviços e qual a relação entre o secretário, o coordenador e a equipe responsável pela execução das tarefas. Por fim, manifestou seu interesse em subscrever o requerimento com os colegas parlamentares, solicitando formalmente à Secretaria de Infraestrutura explicações detalhadas sobre a atual situação da limpeza urbana, de modo que o Poder Legislativo possa compreender as causas da deficiência e acompanhar a adoção de medidas corretivas. De volta com a fala, o Vereador Zé de Zuza concordou com as observações do vereador Professor Nonato acerca da precariedade da limpeza urbana. Reforçou que a responsabilidade pela situação é da empresa contratada para a execução do serviço, a qual, segundo ele, não está cumprindo de forma satisfatória suas obrigações, apesar das diversas reclamações já apresentadas, inclusive por sua parte. Esclareceu que, conforme diálogo recente com o Secretário de Infraestrutura, este afirmou que a Secretaria realiza as cobranças necessárias, mas que a execução dos serviços não é de responsabilidade direta do município, uma vez que os funcionários e os horários de trabalho são geridos pela empresa contratada. Assim, defendeu que a própria empresa é quem deve prestar esclarecimentos e adotar medidas para regularizar a situação



da limpeza pública no município. Após, o Presidente manifestou-se sobre a problemática da limpeza urbana, reforçando a importância das cobranças feitas pelos parlamentares e lamentando a persistência das falhas no serviço. Destacou que, embora a empresa responsável pela execução da limpeza seja contratada pelo município, a gestão pública, por meio da Secretaria de Infraestrutura, tem responsabilidade direta sobre o acompanhamento e a fiscalização do contrato. Nessa linha, o vereador Zé de Zuza informou que a Prefeita Késia já participou de reunião com o diretor da empresa responsável pela limpeza da cidade, inclusive, informando que ele também já participou de visitas, registrando através de mídias a situação e, ainda assim, a situação não foi resolvida. Porém, afirmou que as visitas continuarão até o problema ser solucionado. Retomando a palavra, o Presidente mencionou a solicitação encaminhada pelo Secretário de Governo que trata sobre a cessão do plenário da Câmara Municipal, a fim de sediar a 7ª (sétima) Conferência Municipal de Altaneira, a ser realizada no dia 25 (vinte e cinco) de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), a partir das 9 (nove) horas. Informou que foi solicitado, ainda, o uso do sistema de som e a transmissão do evento. No ensejo, reforçou o convite do evento para toda a população. Depois, anunciou que o parlamento deverá se reunir em sessão extraordinária para deliberar sobre o veto ao Projeto de Lei nº 004/2025, de autoria do vereador Júnior do Povo, uma vez que não houve manifestação do relator no prazo regimental de 10 (dez) dias e a matéria está próxima da data do vencimento. Também informou que o Projeto de Resolução nº 003/2025, de autoria do vereador Paulo Robson, também será pautado. Entretanto, por consenso em Plenário, a sessão extraordinária ficou convocada para quarta-feira, dia 12 (doze), às 18 (dezoito) horas. Prosseguindo, a vereadora Tia Janne registrou, em seu tempo regimental, diversas ações recentes da administração municipal de Altaneira, destacando as atividades da Semana do Meio Ambiente, com plantio de mudas, limpeza de áreas e conscientização nas escolas, reforçando a importância do cuidado com os recursos naturais. Ressaltou também a audiência pública, promovida pela comissão permanente, no último dia 6 (seis), que tratou da reativação da Rádio Comunitária Altaneira FM, valorizando o papel da comunicação local como ferramenta democrática e acessível. Por fim, celebrou a conquista de uma emenda parlamentar destinada à saúde, afirmando que o recurso foi fruto de articulação entre a gestão com o senador Girão, e enfatizando o caráter participativo da decisão sobre o uso do recurso, entre melhorias no Hospital Municipal ou investimentos em uma UBS, com consulta aberta à população. A parlamentar concluiu reforçando o compromisso com o trabalho coletivo e o respeito à vontade popular. Na sequência, o vereador Júnior do Povo saudou os Conselheiros Tutelares presentes, enaltecendo o papel essencial que desempenham na proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Também parabenizou a realização da audiência pública sobre a reativação da Rádio Comunitária Altaneira FM, considerando-a uma iniciativa relevante para o fortalecimento da participação popular e do debate público em Altaneira. Manifestou solidariedade à família do Senhor Bastião, que perdeu seu filho em decorrência de um câncer. Após, justificou sua ausência no leilão da comunidade Serra do Valério, informando que estava de plantão e não conseguiu substituto para o turno. Agradeceu o convite e confirmou presença no encerramento dos festejos no dia 13 (treze) de junho. Tratando da saúde municipal, expressou preocupação com os recentes resultados do programa Previne Brasil, que avalia a qualidade da atenção primária nos municípios. Relatou que, nos últimos anos, Altaneira figurava entre os melhores desempenhos no Ceará, recebendo 100% (cem por cento) do financiamento previsto. Contudo, segundo os dados mais recentes, o município caiu drasticamente de posição, figurando agora entre os piores colocados no Estado. Reforçou que os indicadores avaliados — como consultas de pré-natal, exames preventivos e atendimentos odontológicos — refletem diretamente a qualidade do serviço prestado. Ressaltou que a atual gestão já está no seu sexto mês e que essa queda não pode ser atribuída à administração anterior. Questionou se a gestão tem proporcionado condições adequadas para o trabalho dos profissionais da saúde e anunciou que cobrará explicações da Secretária de Saúde sobre os motivos que levaram à queda dos indicadores e à consequente perda de recursos financeiros para o município. Sobre a limpeza urbana, destacou



que, embora a execução seja de responsabilidade da empresa contratada, cabe à Secretaria de Infraestrutura fiscalizar e cobrar o cumprimento do contrato. Solicitou maior empenho do poder público diante das inúmeras reclamações da população, lamentando ainda as condições em que se encontram as localidades rurais, criticando o fato de que mesmo essas comunidades, que deram expressiva votação à atual gestão, estão sendo negligenciadas. Por fim, apelou por ações simples, como limpeza e manutenção de ruas, e cobrou mais efetivo para atender essas demandas básicas. A posteriori, o vereador Paulo Robson em nome da presidência da Comissão Permanente, agradeceu as palavras elogiosas pela realização da audiência pública, dividindo o reconhecimento com os colegas da comissão, ressaltando que a comissão está sempre à disposição para debater temas de interesse público, destacando essa como uma de suas funções essenciais. Comentou sobre a implementação da Resolução nº 02/2025, de sua autoria, que trata da relatoria dos projetos, destacando positivamente a oportunidade que a nova dinâmica oferece a outros parlamentares, citando, inclusive, que no primeiro dia em que a Resolução foi usada, já oportunizou uma nova vereadora, a Tia Janne, a registrar seu nome como relatora nos autos da Casa. Reconheceu que preferia ter sido sorteado, mas reafirmou que o objetivo da medida foi plenamente alcançado ao promover maior participação e dinamismo no Legislativo. Registrou ainda que, apesar do sorteio não ter aparecido na transmissão ao vivo, a assessoria técnica já estava corrigindo a falha para garantir a transparência do processo. Em seguida, comentou sobre os festejos de Santo Antônio na comunidade da Serra do Valério. Informou que não participou dos eventos religiosos, como o Pau da Bandeira e o leilão, mas esteve presente nas atividades esportivas, como na Copa Santo Antônio de Futebol. Nessa linha, cumprimentou as equipes finalistas, Maniçoba e Vila Rica do São Romão, convidando a população a prestigiar a final, que acontecerá nesse final de semana, reconhecendo a qualidade de todas as equipes participantes. Enfatizou que o esporte em Altaneira se expandiu para além do futebol, ganhando notoriedade no ciclismo, sobretudo na modalidade MTB. Destacou a importância da Copa Municipal de MTB, sediada na trilha do Sítio Poças, e convidou a população local e das cidades vizinhas para o “Desafio Terras Altas”, que ocorrerá nos dias 28 (vinte e oito) e 29 (vinte e nove) de junho. Informou que a prova de contrarrelógio terá início em Farias Brito e chegada em Altaneira no dia 28 (vinte e oito), com a tradicional prova de XCO acontecendo no dia 29 (vinte e nove), na trilha do Sítio Poças. Agradeceu à gestão municipal pelo apoio, especialmente pela limpeza e alargamento do espaço de estacionamento da trilha, e estendeu os agradecimentos aos secretários Antônio Leite (Infraestrutura) e Francisco Soares, o “Molão” (Transportes), pelo suporte dado ao evento. Sequentemente, Presidente Professor Deza Soares comunicou a realização de um julgamento de grande relevância nacional, iniciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), envolvendo o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros réus acusados de participação em tentativa de golpe para impedir a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois). Informou que os interrogatórios dos réus do núcleo central da trama golpista estão sendo conduzidos presencialmente pelo Ministro Alexandre de Moraes, relator da ação penal, entre os dias 9 (nove) e 13 (treze) de junho, com transmissões ao vivo pela TV Justiça e retransmissão por outros canais de imprensa. Encorajou a população a acompanhar os depoimentos, ressaltando a importância de compreender as motivações e o contexto do julgamento. Justificou sua ausência no leilão realizado na comunidade da Serra do Valério, evento do qual sempre participa, porém, em razão de uma virose, esse ano não conseguiu. Contudo, informou que contribuiu de outra forma para apoiar o evento. Anunciando que até o final do mês será apresentado um planejamento com as ações previstas para a regularização do funcionamento administrativo da Casa, que deverá estar completamente normalizado a partir de agosto, reforçou o compromisso de sua presidência com o fortalecimento institucional e a organização interna do Poder Legislativo. Informou ainda que, apesar do recesso parlamentar previsto para julho, a presidência da Câmara seguirá atuando para dar continuidade às atividades internas. Destacou que a comunicação institucional será ampliada, com a intenção de iniciar transmissões pela Rádio Altaneira FM a partir de agosto, garantindo maior



acesso da população às informações legislativas. Por fim, colocou-se à disposição para esclarecimentos e colaborações. Fazendo uso do seu tempo de liderança do governo na Casa, o vereador Paulo Robson informou ter recebido esclarecimentos da Secretária Municipal de Saúde, que acompanhava a sessão, a respeito dos questionamentos apresentados pelo vereador Júnior do Povo. Trouxe a público que, segundo a gestora, não haverá qualquer prejuízo financeiro para o município, e os indicadores divulgados foram lançados apenas para fins informativos. Explicou que todos os municípios, independentemente da posição nos referidos indicadores, receberão os recursos normalmente até o final do ano. Informou que a Secretária ainda destacou que os critérios de avaliação foram reformulados e que o Ministério da Saúde não aplicará penalizações com base nos dados divulgados. Justificou que os indicadores correspondentes aos quatro primeiros meses do ano refletem um período em que as equipes de saúde ainda estavam desfalcadas, o que dificultou o alcance de melhores resultados. Ademais, colocou-se à disposição para fornecer aos parlamentares quaisquer informações ou documentações necessárias, especialmente no que se refere à nova legislação sobre o modelo de financiamento da Atenção Primária, com o intuito de esclarecer eventuais dúvidas. Ressaltou que não há motivo para preocupação quanto à perda de recursos, reiterando que o repasse será igualitário entre os municípios até o fim do exercício. Em seguida, o vereador Júnior do Povo demonstrou entusiasmo com as informações apresentadas e expressou a expectativa de que o Secretário de Infraestrutura também estivesse acompanhando a sessão, a fim de encaminhar as cobranças realizadas à empresa responsável pela limpeza urbana. Reforçou entusiasmo com as informações apresentadas, entretanto, destacou que continuará acompanhando atentamente os repasses fundo a fundo, especialmente no que se refere à atenção primária em saúde. Ressaltou que não se trata de “obrar milagres”, mas sim de responsabilidade da gestão, particularmente da Secretária de Saúde. Reafirmo que, como profissional da saúde e parlamentar, continuará fiscalizando os repasses destinados ao município, para garantir que Altaneira não seja penalizada por eventuais falhas, já que os recursos estão sendo investidos e é dever da secretária apresentar resultados concretos à população. Afirmou, ainda, que todos os agentes públicos, inclusive parlamentares, devem prestar contas e demonstrar resultados. Finalizou agradecendo pelas informações e reiterando que espera que, de fato, não haja prejuízos ao município, reiterando que essa responsabilidade cabe à titular da pasta enquanto estiver à frente da Secretaria de Saúde.

**ORDEM DO DIA:** Item 1: Parecer nº 033/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 017/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe a criação do cargo de Chefe de Gabinete no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências. Em uma questão de ordem, o Vereador Professor Nonato fez um segundo pedido de vista – o primeiro foi feito pela vereadora Professora Ana Maria na última sessão ordinária – arguindo que a última semana foi muito atribulada e, por isso, não conseguiu se aprofundar na matéria. Reforçou que continua em defesa dos pagamentos do mês de dezembro e precisa fazer um estudo maior para tomar decisões mais assertivas. O pedido de vista foi posto em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Item 2: Parecer nº 034/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 021/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a extinção do Cargo de Auxiliar de Enfermagem e o reenquadramento funcional dos atuais ocupantes no Município de Altaneira/CE para o cargo de Técnico de Enfermagem e dá outras Providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o relator Júnior do Povo afirmou que a propositura trata-se “de mais um acordo político da Prefeita sendo cumprido”. Na discussão da matéria, o vereador Paulo Robson agradeceu a emissão do parecer e orientou a bancada a votar favoravelmente. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 3: Parecer nº 035/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 022/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de premiações para eventos culturais, esportivos e turísticos realizados pelo Município de Altaneira - CE e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela



admissibilidade, o relator Júnior do Povo afirmou que não apenas nessa gestão, mas também na gestão anterior eram realizadas ações para, apenas após, procurar um mecanismo para efetuar os devidos pagamentos, registrando que essa matéria é uma dessas situações. Destacou que o projeto em discussão não autoriza pagamentos retroativos, mas apenas a partir da data de sua publicação. Alertou que, caso haja pagamento de eventos realizados anteriormente, como o Festival de Caretas, a responsabilidade será exclusivamente da gestora, pois a Câmara não está autorizando despesas retroativas. Enfatizou que a gestão municipal está atribuindo injustamente aos vereadores a responsabilidade pelos pagamentos que ainda não foram realizados, quando, na verdade, a falha decorre da falta de planejamento do próprio Executivo. Também questionou a ausência, no projeto, de informações sobre valores das premiações e critérios de distribuição. Citou como exemplo o Festival de Quadrilhas, que terá um custo estimado de R\$ 12.000 (doze mil reais), defendendo que a gestão deve apresentar, junto aos projetos, uma tabela anexa detalhando os valores previstos para cada evento, premiação ou competição, a fim de garantir transparência e permitir um julgamento justo por parte dos parlamentares. Reforçou ainda que, ao aprovar projetos sem essas informações, os vereadores estão autorizando valores indefinidos, o que pode abrir margem para distorções. Por fim, ressaltou que suas críticas são construtivas e que está à disposição para contribuir com a melhoria da transparência na gestão dos recursos públicos. Na discussão da matéria, o Vereador Paulo Robson agradeceu ao relator da comissão pela sensibilidade demonstrada com os atletas, fazedores de cultura e a comunidade em geral, que passarão a ser legalmente contemplados com o pagamento de premiações por meio do projeto de lei em discussão. Explicou que a proposta busca corrigir falhas da gestão anterior ao regulamentar pagamentos de eventos culturais e esportivos que, segundo o nobre, anteriormente eram realizados sem respaldo legal. Esclareceu que o projeto não apresenta valores fixos porque estes serão definidos em editais próprios de cada evento, como já previsto no texto legal. Ressaltou que a equipe contábil da Prefeitura será responsável por garantir que os pagamentos respeitem a dotação orçamentária, evitando quaisquer irregularidades. Acrescentou que, com a regulamentação aprovada, a prefeita poderá efetuar os pagamentos de forma legal, inclusive dos eventos já realizados, conforme entendimento da Procuradoria. Por fim, solicitou apoio dos colegas vereadores para aprovação do projeto, a fim de dar celeridade às ações do governo e permitir a realização adequada dos eventos próximos já programados, como o Desafio Terras Altas de MTB e o Festival de Quadrilhas. O vereador Professor Nonato afirmou que votará favoravelmente ao projeto de lei, mas fez críticas à forma como ele foi apresentado, sem qualquer anexo que informe os valores a serem aplicados. Ressaltou que aprendeu com o ex-vereador Ariovaldo Soares, atual Secretário de Governo, a importância de devolver projetos à gestão quando não trazem informações básicas como os recursos destinados às ações previstas. Lembrou que, na legislatura anterior, diversos projetos foram devolvidos por esse motivo. Destacou que a ausência de dados sobre os valores gera insegurança e pode levar a erros na execução orçamentária. Reforçou que não é contra o projeto, pois considera importante votar a favor da criação de empregos, concessão de bolsas e investimentos em setores que atendem à população carente, como o apoio aos catadores que, segundo denúncias, estariam sem receber desde janeiro. Alertou, contudo, que ao aprovar um projeto sem saber o montante que será gasto, a Câmara corre o risco de ser responsabilizada por futuros desequilíbrios financeiros. Sugeriu que, ao menos, fosse incluído um valor global estimado ou uma porcentagem do orçamento da Secretaria responsável, para dar transparência e segurança à execução. O vereador também criticou a ausência de previsão de pagamento retroativo no texto legal, o que pode impedir a remuneração de participantes de eventos já realizados, como os caretas, da Semana Santa. Enfatizou que essa omissão não é culpa da Câmara, mas da forma como o projeto foi encaminhado pelo Executivo. Por fim, pediu que a população compreenda que, embora o projeto esteja sendo aprovado para garantir os próximos eventos, os vereadores não podem ser responsabilizados por possíveis pagamentos não realizados referentes a eventos passados, e reforçou que o único pedido da Câmara é por maior clareza, transparência e



responsabilidade por parte da gestão municipal. Em aparte, o Vereador Júnior do Povo manifestou apoio às palavras do colega vereador que lhe antecedeu na fala e, afirmando que não havia outra alternativa, fez pedido de vista à matéria. Ainda em apoio a fala do vereador Professor Nonato, destacou que o projeto deveria vir acompanhado de um anexo com os valores previstos para cada ação, por respeito à Câmara e à população. Citou como exemplo o valor de R\$ 12.000 (doze mil reais) divulgado nas redes sociais para as quadrilhas, mas questionou quanto será gasto em outros eventos, como o Desafio MTB, a vaquejada, festival de bandas e outros eventos. Por fim, solicitou ao presidente da Casa que seja expedido ofício à Secretaria de Cultura, à Prefeita ou ao setor responsável pela economia do município, requisitando o envio de uma planilha com os valores estipulados para cada evento, para que haja maior transparência sobre o orçamento envolvido. O pedido de vista feito pelo Vereador Júnior do Povo foi regimentalmente concedido pela Mesa Diretora. Item 4: Projeto de Indicação nº 011/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, que autoriza o Chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal a conceder 01 (um) dia de folga aos servidores públicos do Município de Altaneira-CE na data de seus respectivos aniversários, e dá outras providências. A vereadora Tia Janne fez pedido de vista à matéria e o pedido foi regimentalmente concedido pela Mesa Diretora. Após, havendo entendimento no Plenário, os seguintes itens: Item 5: Solicitação de Urgência, do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 025/2025, de autoria do Poder Executivo, que prorroga a vigência do Plano Municipal de Educação de Altaneira - CE, aprovado por meio da Lei Municipal nº 637 de 10 de junho de 2015; Item 6: Solicitação de Urgência, do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 026/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos Conselheiros Tutelares do Município de Altaneira e dá outras providências e Item 7: Solicitação de Urgência, do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 027/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alteração da Lei 622/2014, que trata sobre Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e adota outras providências, foram colocados em votação em bloco. A votação ocorreu através de sistema nominal de votação e os 3 (três) itens foram aprovados por unanimidade. Item 8: Requerimento nº 074/2025, de autoria do Vereador Paulo Geaneo, solicitando a ampliação do Cemitério Municipal, com a aquisição de mais terrenos e, ao mesmo tempo, a construção de dois centros de velórios no espaço da praça. Após a leitura da matéria, ao realizar a defesa de sua propositura, o vereador Paulo Geaneo destacou a urgente necessidade de providências quanto à situação do cemitério municipal, que se encontra sem espaço disponível para novos sepultamentos. Relatou que, diante dessa realidade, familiares de falecidos que não possuem túmulo próprio são obrigados a solicitar o uso de sepulturas alheias, o que raramente é concedido, uma vez que os lotes já abrigam entes queridos das famílias. Diante disso, sugeriu a aquisição de um novo terreno para a construção de outro cemitério, contemplando, inclusive, dois centros de velórios, considerando que, por vezes, infelizmente há mais de um falecimento no mesmo dia. Recordou que já apresentou esse requerimento na legislatura passada, o qual foi aprovado por unanimidade, mas não executado por diversas razões, apesar das reiteradas cobranças. Durante a discussão da matéria, o vereador Valmir Brasil manifestou apoio à propositura, lamentando a ausência de providências anteriores e reafirmando a necessidade da medida, demonstrando otimismo quanto ao seu atendimento desta vez. O vereador Júnior do Povo também parabenizou o autor da proposta, enfatizando que, diante da inexistência de vagas no cemitério, a compra de terrenos tem se tornado uma exigência. Criticou a má distribuição dos lotes, observando que há pessoas com três ou quatro terrenos, enquanto outras não possuem nenhum, defendendo a necessidade de um projeto de lei que regulamente essa questão, bem como melhorias na organização do espaço, inclusive no que se refere ao tráfego nos dias de sepultamento. O vereador Professor Nonato elogiou a iniciativa, ressaltando que o cemitério, enquanto equipamento público, necessita de melhorias urgentes, seja por meio de reforma ou da aquisição de novo espaço. Destacou a importância de um local digno e organizado para que a população possa sepultar seus entes queridos, afirmando que "a maior lembrança deixada para quem



fica é o túmulo, que é a permanência viva da memória de quem se ama", e que, nas visitas ao cemitério, os familiares e amigos se sentem mais próximos dos que partiram. A vereadora Professora Ana Maria também parabenizou o vereador Paulo Geaneo pela proposição, declarando apoio à matéria por acreditar que ela proporcionará mais tranquilidade à população, além de registrar as dificuldades enfrentadas com o trânsito no local, principalmente no Dia de Finados. Por fim, o Presidente da Casa também felicitou o autor pela iniciativa, reconhecendo a relevância da matéria e afirmando acreditar que se trata de um dos requerimentos prioritários a serem atendidos pelo Poder Executivo, dada a urgência e a importância da ação. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 9: Requerimento nº 075/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, solicitando a instalação de faixas de pedestres elevadas nas entradas das escolas, ou em suas proximidades. Finalizada a leitura da matéria, ao justificar sua propositura, o vereador Paulo Robson ressaltou que é de conhecimento geral que as áreas de embarque e desembarque de estudantes demandam atenção redobrada quanto à segurança. Nesse sentido, destacou que a solicitação apresentada busca contribuir para a ampliação da segurança nesses locais. Informou ainda que a demanda é vivenciada por ele nas duas escolas onde seus filhos estudam, sendo também recorrente entre outros pais que o procuraram com a mesma preocupação. Na discussão da matéria, o vereador Professor Nonato manifestou apoio à proposta, reconhecendo a importância da instalação de sinalização adequada nas imediações das escolas. Alertou, no entanto, para que os redutores de velocidade (quebra-molas) sejam construídos com critérios técnicos, pois há reclamações frequentes por parte de proprietários de motocicletas do tipo "biz" e "pop", especialmente quanto à altura excessiva e à pouca inclinação das estruturas. Ressaltou que, se forem bem executados, não haverá motivo para queixas. A vereadora Professora Ana Maria também parabenizou o autor pela iniciativa, destacando a relevância da proposta para a segurança dos alunos. Relatou que já houve registros de acidentes próximos a unidades escolares, sobretudo em horários de pico, devido à ausência de sinalização. Com relação à fala do vereador Professor Nonato, confirmou que recebeu, inclusive no mesmo dia, reclamações de proprietários de motocicletas de pequeno porte, defendendo, portanto, a implantação de sinalização e redutores de velocidade, desde que respeitadas as condições adequadas para todos os usuários. O Presidente da Casa, Professor Deza Soares, também manifestou apoio à propositura, parabenizando o autor pela iniciativa e reconhecendo sua importância para a segurança no entorno das instituições de ensino. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Na sequência, o Presidente reforçou o convite para a sessão extraordinária que acontecerá nessa próxima quarta-feira, dia 11 (onze), e terá como pauta o Ofício nº 111/2025, do Poder Executivo, que encaminha a Mensagem de Veto nº 001/2025, referente do Projeto de Lei nº 004/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo e o Projeto de Resolução nº 003/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que altera dispositivos da Resolução nº 004/2025, que institui o Regimento Interno da Câmara. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Professor Deza Soares, agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna, e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 9 de junho de 2025.

Paulo Robson hit de Oliva